



Inter-relação entre indicadores socioeconômicos e orçamentários: o caso dos estados brasileiros

Interrelación entre indicadores socioeconómicos y presupuestarios: el caso de los estados brasileños

Inter-relationship between socioeconomic indicators and budget: the case of Brazilian states

Paulo Sérgio Almeida-Santos
Universidade Federal do Mato Grosso, Brasil
psalmeidasantos3@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1297-7233>

Carlos Eduardo Facin Lavarda
Universidade Regional de Blumenau, Brasil
carlos.clavarda@furb.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1498-7881>

Andréia Carpes Dani
Universidade Regional de Blumenau, Brasil
andreiacarpesdani@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9337-8608>

Histórico do artigo:
Recepção: 26 Fevereiro 2015
Aprovação: 18 Abril 2015
Publicado: 18 Julho 2015

RESUMO

O artigo tem como propósito identificar qual o nível de inter-relação existente entre os indicadores de execução orçamentária e socioeconômicos dos estados brasileiros. Trata-se de uma pesquisa quantitativa do tipo documental e descritiva, que tem como período de observação os anos de 2000 a 2010. São levantadas três variáveis dependentes (PIB, IDH e Qualidade de Vida) e três variáveis independentes (representado pelos quocientes de execução orçamentária: geral, corrente e capital). Aplicando-se o método da análise de correlação canônica, os achados sinalizam que os indicadores orçamentários estão inter-relacionados com os indicadores socioeconômicos. Mais precisamente, variações positivas no quociente de execução orçamentária geral tende a diminuir o IDH, contudo tende a elevar tanto o PIB quanto a qualidade de vida. Igualmente, variações negativas no quociente de execução orçamentária corrente e de capital provocam a diminuição do IDH; porém aumentam o PIB e a qualidade de vida dos estados observados no período.

Palavras-chave: Indicadores Socioeconômicos. Indicadores Orçamentários. Bens Públicos e Externalidades. Orçamento Público. Estados Brasileiros.

ABSTRACT

The paper aims to identify the level of inter-relationship between indicators of socioeconomic and budgetary execution Brazilian states. This is a quantitative research of type document and descriptive, whose observation period from 2000 to 2010. Are raised three dependent variables (GDP, HDI and quality of life) and three independent variables (represented by the ratios of budget execution: general, current and capital). Applying the method of canonical correlation analysis, the findings suggest that the budgetary indicators are inter-related socio-economic indicators. More precisely, a positive change in the ratio of budget execution generally tends to decrease the HDI, but tends to increase both GDP and quality of life. In addition, negative changes in the ratio of budget execution current and capital lessen the HDI, but increase the GDP and quality of life of the states observed in the period.

Keywords: Socioeconomic Indicators. Budgetary indicators. Public Goods and Externalities. Public Budget. Brazilian States.

RESUMEN

El artículo tiene como propósito identificar cuál es el nivel de interrelación existente entre los indicadores de ejecución presupuestaria y socioeconómica de los estados brasileños. Se trata de una investigación cuantitativa del tipo documental y descriptivo, que tiene como período de observación los años 2000 a 2010. Se levantan tres variables dependientes (PIB, IDH y calidad de vida) y tres variables independientes (representado por los cocientes de ejecución presupuestaria: general, corriente y capital). Aplicando el método del análisis de correlación canónica, los hallazgos señalan que los indicadores presupuestarios están interrelacionados con los indicadores socioeconómicos. Más precisamente, las variaciones positivas en el cociente de ejecución presupuestaria general tienden a disminuir el IDH, pero tiende a elevar tanto el PIB como la calidad de vida. Igualmente, las variaciones negativas en el cociente de ejecución presupuestaria corriente y de capital provocan la disminución del IDH; pero aumentan el PIB y la calidad de vida de los estados observados en el período.

1. INTRODUÇÃO

Gerir os recursos públicos com maior eficiência é o anseio de qualquer gestão governamental. A partir do século XX isso se tornou mais presente em algumas instituições públicas, visto que o Estado tem buscado mudar o seu modelo de gestão burocrática para uma de característica gerencial – denominada na literatura de *New Public Management* (NPM) – visando maior economicidade, eficiência e eficácia de seus resultados (Sano, 2003).

De acordo com Sano (2003) tal processo é de suma importância na ampliação dos serviços públicos, além da contribuição dada à racionalização do planejamento governamental, e também ao controle das externalidades produzidas pelo mercado bem como “de seu papel essencial na construção do mundo democrático do pós-guerra, especialmente em sua luta contra o patrimonialismo e pela tentativa de garantir um acesso igualitário dos cidadãos ao Poder público” (Sano, 2003, p. 20).

Nesse entendimento ao substituir a administração burocrática por uma administração pública gerencial, o gestor público é autovalorizado, pois, ao invés de se pensar sobre esse,

como um burocrata que aplica normas rígidas, se pensa nesse, como sendo capacitado para tomar decisões com autonomia e responsabilização (Pereira, 2005).

Nesta mesma direção, Lima Júnior (2007: 22) argumenta, “que para os municípios melhorarem seus resultados econômico-financeiros e, conseqüentemente, proporcionar maior satisfação à sociedade, precisa deixar para trás a gestão burocrática e adotar a gestão gerencial e empreendedora.” No entanto, não somente a gestão municipal precisa seguir um novo modelo de gestão, igualmente, as gestões em âmbito Estadual e Federal, visto que estas possuem volumes maiores de recursos públicos, logo, infere-se: quanto maior forem esses recursos, maior tem que ser o controle gerencial para gerí-los eficazmente.

Não obstante, sabe-se que o setor privado sozinho não é capaz de abarcar com todas as necessidades da população, por isso, que a participação do órgão governamental é essencial para suprir essa falha de mercado, minimizando as externalidades existentes, como também oferecendo níveis ótimos de bens públicos. Assim, Pindyck e Rubinfeld (2002: 631), ao referirem-se sobre os aspectos das externalidades e bens públicos, afirmam que “As externalidades e os bens públicos constituem importantes causas de falhas de mercado e, portanto, dão origem a sérias questões de políticas públicas”.

Segundo Bogoni, Hein e Beuren (2011), a participação dos gastos públicos na composição da demanda agregada é visto como uma externalidade positiva; pois, esses gastos elevam a economia do país por meio do aumento da produtividade do setor privado. Neste contexto, tais gastos estão associados ao planejamento e a execução do orçamento público, visto que o orçamento público consiste na concepção de Andrade (2002, p. 54) o “elo entre o planejamento e a funções executivas da organização, em que a alocação de recursos visa à consecução de objetivos e metas”. Não obstante, uma ferramenta para avaliar o desempenho de uma gestão pública é analisar seus demonstrativos contábeis, os quais oferecem indicadores que norteiam o gestor no alcance de seu objetivo econômico-financeiro e, também de suas metas estabelecidas em seu plano de governo (Lima Junior, 2007).

Para atender às necessidades da população o gestor público, mantém em pleno funcionamento uma complexa rede serviços, tais como: escolas, hospitais, saneamento básico, segurança, lazer etc. (Angélico, 1995). Porém, se a aplicação dos recursos públicos proporcionarem benefícios à sociedade, caracteriza-se como externalidade positiva, caso contrário, externalidade negativa. Dessa forma, a execução orçamentária de uma entidade governamental, poderá refletir, por exemplo, em um melhor ou pior Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, assim como numa melhor ou pior renda de sua população – PIB *per capita*. Nesta perspectiva, não é bem-vindo somente avaliar o desempenho das finanças públicas; faz-se necessário avaliá-lo de forma sistêmica em relação a outras variáveis, pois permite conclusões sobre a aplicação dos recursos públicos.

A partir do que brevemente foi exposto o propósito do artigo é identificar qual o nível de inter-relação existente entre os indicadores de execução orçamentária e socioeconômicos dos estados brasileiros. Este objetivo é traçado na tentativa de responder, de modo geral, ao seguinte questionamento: Qual o nível de inter-relação entre os indicadores de execução orçamentária e socioeconômicos dos estados brasileiros?

Teoricamente a pesquisa contribui para a análise e reflexão de alguns questionamentos, por exemplo: entidades públicas que têm resultados deficitários conseguem ser mais eficientes (na produção de bens e serviços para sua população, *i.e.* trazer melhores benefícios) em relação àquelas entidades que apresentam resultados superavitários? Existe uma congruência entre aquilo que o Estado gasta e o desempenho socioeconômico por ele apresentado?

De modo prático auxiliará os entes públicos a melhorarem o gerenciamento de seus orçamentos, ratificando que a obediência às regras fiscais, por exemplo, os limites conferidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) podem trazer maior economicidade, além de eficiência e eficácia na aplicação dos recursos públicos.

Como relevância social do estudo, destaca-se que aspectos socioeconômicos tais como: renda, educação, saúde, qualidade de vida etc., são afetados pela execução dos orçamentos públicos, apesar de algo notório, releva destacar que a população local tem um papel fundamental no acompanhamento da execução dos orçamentos públicos, cabendo a ela instigar ainda mais a instrumentalização do controle social junto aos governantes.

2. PERSPECTIVA TEÓRICA

2.1. BENS PÚBLICOS E EXTERNALIDADES

A teoria dos bens públicos e das externalidades, teorias microeconômicas que “visa analisar a eficiência na utilização dos recursos pelo setor público” (Scarpin, 2006, p. 32). Diferentemente dos bens privados que são excludentes e rivais, os bens públicos podem ser usufruídos por várias pessoas sem que ocorra prejuízo a qualquer uma delas (Scarpin, 2006). Por isso que os governos encontram diversas dificuldades, e quase insuperáveis na consecução de níveis ótimos de bens públicos (Boadway; Song; Tremblay, 2007). Por exemplo, segurança, educação (escolas, creches etc.), saúde (hospitais, postos de saúde etc.), etc.

A literatura discute os bens públicos como produtores de externalidades positivas ou negativas. A título de exemplo de uma externalidade positiva produzida por um bem público, tem-se as campanhas de vacinação, pois “quando se imuniza a população contra uma doença transmissível, há um grande benefício implícito que é a segurança de que a população não sofrerá da doença” (ver Scarpin, 2006: 40). Adicionalmente, as vacinas são desenvolvidas por meio de pesquisas financiadas a partir do capital público, porém, produzidas por empresas particulares, mas são compradas e distribuídas tanto pelo setor privado quanto pelo Estado, sendo administradas a um custo subsidiado para o consumidor (Carande-Kulis; Getzen & Tracker, 2007). Prontamente, em diversas situações para a existência de um bem público (*i.e.*, *Pure Public Goods*) é necessário que a gestão pública o produza, e não firmas que visam lucros (ver Eaton & Eaton, 1999).

De acordo com Slomski (2005) a gestão da máquina pública é impactada pelas externalidades e pela incompletude dos contratos e pelo risco moral sofrido pelo Estado. As externalidades são representadas pelas ações de uns que afetam outros, e refletir sobre elas na administração pública é essencial para a geração de políticas públicas, necessário para capitalizar externalidades positivas (Slomski, 2005).

De acordo com Barcelos (2007: 29) a externalidade é uma “condição associada com certas atividades de consumo ou produção da qual resultam benefícios ou prejuízos que afetam outros agentes econômicos, sem que possa considerá-los no mecanismo de preços do mercado”. As externalidades estão presentes “quando todos os custos ou benefícios de um bem não são arcados integralmente pelos participantes do mercado.” (ver Browning & Zupan, 2004).

Pindyck e Rubinfeld (2002: 631) confirmam que “Há externalidades negativas – que ocorrem quando a ação de uma das partes impõe custos à outra – e externalidades positivas – que surgem quando a ação de uma das partes beneficia a outra”. Portanto, a ação de um agente que implica em benefícios a outros indivíduos ou firmas da economia é caracterizada como externalidade positiva; no entanto, quando a ação de um agente prejudica os indivíduos

ou firmas da economia, denomina-se externalidade negativa (Giambiagi; Além, 2000). Para Scarpin (2006: 32) “as externalidades negativas ocorrem quando a ação de uma das partes impõe custos sobre a outra e as externalidades positivas, quando a ação de uma das partes beneficia a outra”. Na Figura 1 é traçado a oposição das externalidades que brevemente foi tratado.

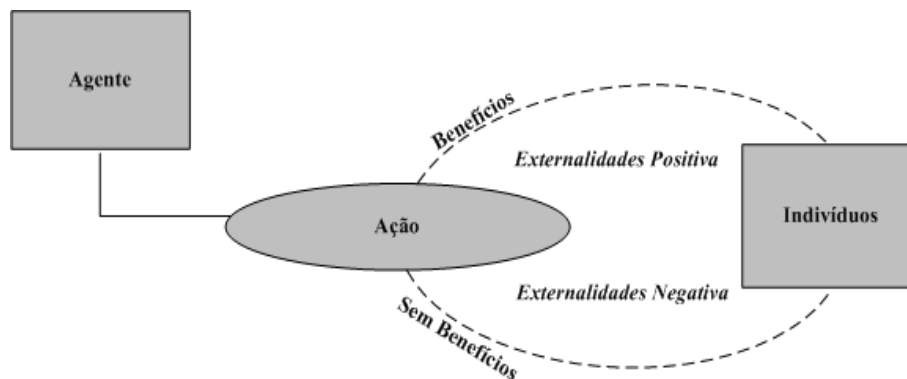


Figura 1: Oposições das externalidades

Fonte: Elaborado pelos autores.

Percebe-se que a ação praticada por um agente, a qual gera benefícios aos indivíduos de um determinado conjunto é formalizada como sendo uma externalidade positiva, caso o agente realize uma ação, e esta ocorra sem benefícios aos indivíduos de um determinado conjunto, ela consistirá em uma externalidade negativa.

A forma pela qual a externalidade se caracteriza, poderá ocorrer à intervenção do Estado, seja por meio da produção direta ou da concessão de subsídios para gerar externalidades positivas, como também por meio de multas ou impostos, para desestimular externalidades negativas, igualmente regulamentação do mercado (Giambiagi & Além, 1999).

À medida que estão presentes as externalidades, pelo motivo das imperfeições do mercado, surgem às ações governamentais como uma forma de minimizar a situação, impostas pelo mau funcionamento do comércio (Block, 1983). Sendo assim, o governo poderá solucionar uma externalidade, seja tornando obrigatório ou proibindo determinados tipos de comportamentos (Mankiw, 2004). Um caso típico que ocorre na máquina pública, por exemplo, são os cortes realizados nas despesas ou gastos, bem como o aumento na arrecadação que os governos realizam, principalmente o Governo Federal, para o abatimento dos juros da dívida externa (i.e., a partir do superávit primário). Neste contexto, dependendo do comportamento da execução do orçamento, e claro dentre outros fatores contingências, pode-se ter uma externalidade positiva ou negativa.

Mendes (2008: 1) afirma que, por exemplo, que “A maior eficiência do gasto público é uma condição necessária para que o Brasil possa obter mais crescimento econômico, menor desigualdade, mais oportunidades de trabalho, menos violência e uma vida mais longa e recompensadora para sua população.”

2.2. PAPEL DO ORÇAMENTO PÚBLICO

Os conceitos relacionados ao orçamento público ao longo dos anos têm apresentado diversas visões, em decorrência da evolução de suas funções (Giacomoni, 2003). Angélico (1995) afirma que o orçamento público consiste em “um planejamento de aplicações dos recursos esperados, em programas de custeio, investimentos, inversões e transferências durante um período financeiro.” Assim, o orçamento público é caracterizado por “possuir

uma multiplicidade de aspecto: políticos, jurídico, contábil, econômico, financeiro, administrativo, etc.” (Giacomoni, 2003: 64).

A materialização do planejamento das entidades públicas é dada pelo orçamento público (neste é feito a previsão da receita e fixação e autorização da despesa), seja para a manutenção de suas atividades ou para a execução dos seus projetos; portanto, “configura o instrumento do Poder Público para expressar seus programas de atuação, discriminando a origem e o montante dos recursos (receitas) a serem obtidos, bem como a natureza e o montante dos dispêndios (despesas) a serem efetuados” (Andrade, 2002: 54; Nascimento, 2006).

Releva considerar que o orçamento público é norteado por princípios, os quais servem principalmente de base para a concretização dos objetivos pré-determinados, pelo gestor público quando assume sua gestão. Dentre esses se destacam os mais importantes na concepção (Metzner, 2005): Unidade, Universalidade, Anualidade, Exclusividade, Especificação, Publicidade, Orçamento bruto, Não afetação das receitas e Equilíbrio financeiro ou fiscal. Embora, todos eles sejam de suma importância para estabelecer de forma organizada o suporte para uma gestão eficiente (Lima; Castro, 2000).

Não obstante, o equilíbrio das contas públicas é “seguramente um forte indicador de eficiência dos entes públicos” (Duarte, 2007: 45). Giacomoni (2003, p. 84) por sua vez indaga sobre o princípio do equilíbrio dentre os princípios clássicos “esse é o que tem merecido maior atenção, fora do âmbito específico do orçamento, interessando de perto outras áreas econômicas, como finanças públicas, política fiscal, desenvolvimento econômico, etc.”.

A partir de então o equilíbrio financeiro ou orçamentário “tende a ser cada vez mais buscado em tempos modernos, em que o modelo liberal/econômico de estado tende a prevalecer sobre o Estado social” (Assis, 200: 189). Consoante a este fato, Assis (2009) assegura que tal princípio não é apenas objeto fundamental, mas também uma imposição legal, na busca da estabilidade econômica. Portanto, o equilíbrio orçamentário deve ser perseguido pelo gestor público se o mesmo tiver como meta investir continuamente no bem estar da população local (Marques, 2008).

Adicionalmente, o princípio do equilíbrio é uma imposição das regras fiscais, a fim de coibir que os gestores gastem mais recursos do arrecadam. A Lei nº 101/2000 (LRF) ao se referir sobre o projeto de lei das diretrizes orçamentárias, corrobora que tal projeto deve dispor sobre o equilíbrio entre receitas e despesas; nesta perspectiva, os entes públicos na medida do possível devem buscar o equilíbrio entre o montante de receita arrecada e o de despesas realizadas, precavendo-se de eventuais insuficiências de caixa (Art. 4º e 48 da Lei nº 101/2000). Nesta perspectiva, o orçamento público é uma ferramenta que sintetiza o compromisso do governo em benefício da coletividade, portanto, neste “são alocados os recursos para atender as necessidades primárias e secundárias da sociedade, sendo, um norteador das ações do gestor na implantação de projetos, programas e ações.” (Macêdo; Lavarda, 2013).

3. MÉTODO

3.1. POPULAÇÃO E AMOSTRA

Trata-se de uma pesquisa quantitativa do tipo documental e descritiva que observa o caso das 27 Unidades Federativas do Brasil (Acre; Alagoas; Amapá; Amazonas; Bahia; Ceará; Distrito Federal; Espírito Santo; Goiás; Maranhão; Mato Grosso; Mato Grosso do Sul; Minas Gerais; Paraná; Paraíba; Pará; Pernambuco; Piauí; Rio de Janeiro; Rio Grande do

Norte; Rio Grande do Sul; Rondônia; Roraima; Santa Catarina; Sergipe; São Paulo e Tocantins).

3.2. COLETADOS DADOS E VARIÁVEIS

A pesquisa é norteada por três variáveis dependentes (IDH, PIB e Qualidade de Vida) e três variáveis independentes (Indicador do Resultado Orçamentário, Indicador do Resultado Orçamentário Corrente e Indicador do Resultado Orçamentário de Capital). No Quadro 1 é apresentada uma síntese que demonstra as variáveis observadas, suas descrições, fontes e período ao qual elas se referem.

Variáveis		Descrição	Fonte	Período
Socioeconômicos (Y)	IDH	Índice de Desenvolvimento Humano	IBGE www.ibge.gov.br	2000 2010
	PIB	Produto Interno Bruto <i>Per Capita</i>	IBGE www.ibge.gov.br	
	QV	Qualidade de Vida	Esta variável verifica se o Estado tem sua capital na lista das melhores cidades para se viver no mundo de acordo com o <i>ranking</i> da Mercer <i>Quality of Life</i> . Variável dicotômica ("1" caso afirmativo e "0" se negativo).	MERCER www.mercer.com
Orçamentários (X)	IRO	Indicador do Resultado Orçamentário	STN www.tesouro.fazenda.gov.br	2000 2010
	IROC	Indicador do Resultado Orçamentário Corrente	STN www.tesouro.fazenda.gov.br	
	IROP	Indicador do Resultado Orçamentário de Capital	STN www.tesouro.fazenda.gov.br	

Nota: o corte da série temporal entre 2000 e 2010 justifica-se pelo uso da variável IDH, cuja próxima estimativa está prevista para 2015.

3.3. TÉCNICAS DE ANÁLISE DOS DADOS E HIPÓTESE DE INTER-RELAÇÃO

Como técnica de análise e interpretação dos resultados o estudo é guiado por meio das estatísticas descritivas e da correlação canônica. Segundo Costa (2008, p. 5) a “análise da correlação canônica é uma técnica de avaliação das relações entre múltiplas variáveis dependentes e múltiplas variáveis independentes”. Ainda ressalta o autor que as entradas para esta análise são valores para ambos os conjuntos, que podem ser tanto dependentes como independentes, podendo ser variáveis métricas ou *dummy* (Costa, 2008).

A análise de correlação canônica consiste em, identificar e quantificar a associação entre dois conjuntos de variáveis (Johnson; Wichern, 1988), neste sentido, os dois conjuntos de variáveis a serem identificados e quantificados são: indicadores socioeconômicos e indicadores orçamentários. Ao descrever a correlação canônica, Fávero *et al.* (2009, p. 506)

afirmam que esta “pode ser aplicada sem que necessariamente as variáveis métricas apresentem normalidade.”

Deste modo, buscar-se-á por meio da correlação canônica a inter-relação entre os indicadores socioeconômicos e os indicadores orçamentários. Por conseguinte, a hipótese levantada é a seguinte:

H: Os indicadores socioeconômicos Índice de Desenvolvimento Humano, Produto Interno Bruto Per Capita e Qualidade de Vida estão inter-relacionados com os indicadores orçamentários que representam os quocientes de resultado orçamentário, orçamentário corrente e de capital dos estados brasileiros.

Estudos similares pressupõem a relação entre indicadores socioeconômicos e a execução orçamentária (ver, por exemplo, Revorêdo e Silva; 2005; Fabrino, 2011; Bogoni *et al.*, 2011). O Modelo matemático que expressa a correlação canônica seguindo o propósito do estudo, encontra-se ilustrado na Tabela 9.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Inicialmente na Tabela 2 destacam-se as estatísticas descritivas das variáveis levantadas na pesquisa, indicando-se seus valores médios, mínimos, máximos, com também o desvio padrão destas.

Ao verificar a média de IDH dos estados brasileiros no período em análise, permite-se inferir que estes apresentaram um desenvolvimento médio. Não obstante, nenhum estado apresentou IDH baixo. O IDH mínimo no período foi auferido pelo Estado de Alagoas em 2000. Entretanto, o maior IDH foi atingido pelo Distrito Federal em 2007. O PIB *per capita* médio dos estados brasileiros no período foi de R\$ 8,89 mil. O menor PIB alcançado ao longo do período foi do Estado do Maranhão, em 2000, R\$ 1,62 mil. Ao passo que o Distrito Federal, em 2008, apresentou o maior PIB *per capita*, R\$ 42,32 mil do período analisado.

Por meio do indicador do resultado orçamentário (IRO) ver-se que ao longo dos oito anos investigados, os estados brasileiros em média alcançaram resultados *superavitários*, apesar de vários deles terem obtido resultados *deficitários*, como visto por meio dos números mínimos e máximos indicado na Tabela 1. Quanto ao indicador orçamentário corrente (IROC) é visto por meio da média que os estados demonstraram *superávit* financeiro no período. Ainda na mesma Tabela, estes mesmos achados também são encontrados para o indicador orçamentário corrente (IROC). Contudo, no que tange ao indicador orçamentário de capital (IROP), avalia-se que no período todos os estados utilizaram-se das receitas correntes para financiar suas despesas de capital; tal constatação é vista tanto pela média quanto pelos valores mínimos e máximos.

TABELA 1 – Indicadores socioeconômicos e orçamentários dos estados brasileiros referentes ao período de 2000 – 2010 (Todos Estados)

Variáveis	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
IDH	0,76	0,06	0,65	0,90
PIB ^(a)	8,89*	6,24*	1,62*	42,32*
IRO	1,02	0,07	0,80	1,25
IROC	1,21	0,14	0,90	1,73
IROP	0,28	0,23	0,01	2,14

(a) *per capita* em mil R\$.

As Tabelas de 2 a 7 apresentam o desempenho dos estados, bem como o desempenho por região no que tange aos indicadores socioeconômicos: IDH e PIB *per capita* e os indicadores orçamentários de resultado (*IRO*), corrente (*IROC*) e de capital (*IROP*).

Na Tabela 2 observa-se que a média do IDH dos estados da Região Norte, na totalidade apresentaram um desempenho médio igual a 0,7460. Enquanto, que o maior PIB *per capita* da região foi o do Estado do Amazonas, R\$ 9,7 mil, porém, a média regional foi na ordem de R\$ 6,9 mil. Todos os estados apresentaram *superávit* no período, tanto por meio do quociente geral quanto por meio dos quocientes corrente e de capital. Apenas no Estado do Pará houve *superávit*, 2,14, nos demais estados o indicador ficou abaixo de “1”, logo, percebe-se que os governos utilizaram as receitas correntes para a cobertura das despesas de capital. Ressalta-se que o Estado do Amazonas por meio de sua capital Manaus, está representado na lista das melhores cidades para se viver do mundo, segundo o *ranking* da *Mercer Quality of Life*.

TABELA 2 – Estatísticas descritivas dos indicadores socioeconômicos e orçamentários da Região Norte (2000 – 2010)

Região Norte	IDH	PIB ^(a)	IRO	IROC	IROP
Acre	0,7518/ Desenvolvimento médio	5,8990	1,02	1,29	0,43
Amapá	0,6767/ Desenvolvimento médio	7,1880	1,07	1,32	0,14
Amazonas*	0,7668/ Desenvolvimento médio	9,7090	1,02	1,27	0,23
Pará	0,7518/ Desenvolvimento médio	5,1240	1,01	1,01	1,25
Rondônia	0,7689/ Desenvolvimento médio	7,2580	1,00	1,23	0,16
Roraima	0,7563/ Desenvolvimento médio	7,4380	1,06	1,39	0,14
Tocantins	0,7519/ Desenvolvimento médio	5,9920	1,06	1,56	0,41
Desempenho da Região	0,7460/ Desenvolvimento médio	6,9440	1,04	1,30	0,39

(a) *per capita* em mil R\$.

Nota: Os números foram mensurados pela média do período analisado.

*Possuem cidades listadas no *ranking* da *Mercer Quality of Life*.

A média de IDH dos estados da Região Norte, conforme visto, na totalidade apresentaram um desempenho médio, 0,7460. Enquanto, que o maior PIB *per capita* da região foi do Estado do Amazonas, R\$ 9,7, porém, a média regional foi de R\$ 6,9 mil.

Todos os estados apresentaram *superávit* no período, o mesmo ocorreu com o resultado orçamentário corrente. No entanto, quanto ao resultado orçamentário de capital, apenas no Estado do Pará houve *superávit*, na ordem de 2,14; nos demais estados o indicador ficou abaixo de “1”, logo, percebe-se que os governos utilizaram as receitas correntes para a cobertura das despesas de capital. Ressalta-se que o Estado do Amazonas por meio de sua capital, Manaus, está representado na lista das melhores cidades para se viver do mundo, segundo o *ranking* da *Mercer Quality of Life*.

As estatísticas descritivas dos indicadores dos indicadores socioeconômicos e orçamentários da Região Nordeste referente ao período de 2000 a 2010 são ilustrados na Tabela 3.

TABELA 3 – Estatísticas descritivas dos indicadores socioeconômicos e orçamentários da Região Nordeste (2000 – 2010)

Região Nordeste	IDH/Situação	PIB	IRO	IROC	IROP
Alagoas	0,6767/ Desenvolvimento médio	4,2670	1,01	1,18	0,35
Bahia	0,7362/ Desenvolvimento médio	5,8143	1,00	1,21	0,26

Continuação...

Continua...

Região Nordeste	IDH/Situação	PIB	IRO	IROC	IROP
Ceará	0,7187/ Desenvolvimento médio	4,5936	0,99	1,15	0,39
Maranhão	0,6854/ Desenvolvimento médio	3,5610	1,06	1,31	0,20
Paraíba	0,7111/ Desenvolvimento médio	4,4442	1,00	1,22	0,23
Pernambuco	0,7126/ Desenvolvimento médio	5,4898	1,04	1,12	0,50
Piauí	0,6983/ Desenvolvimento médio	3,3372	0,97	1,15	0,36
Rio Grande do Norte	0,7286/ Desenvolvimento médio	5,4579	1,00	1,20	0,17
Sergipe	0,7378/ Desenvolvimento médio	6,3302	1,03	1,23	0,29
Desempenho da Região	0,7120/ Desenvolvimento médio	4,8110	1,01	1,20	0,31

*(a) per capita em mil R\$.**Nota: Os números foram mensurados pela média do período analisado.*

A média do IDH apresentado pela Região Nordeste também aponta para um Desenvolvimento médio 0,7120. Na totalidade todos os estados da região apresentaram este mesmo desempenho social. A média do PIB *per capita* da região foi de R\$ 4,8 mil, sendo que o maior foi do Estado de Sergipe, e o menor do Estado do Piauí, R\$ 3,3 e R\$ 6,3 mil, respectivamente.

O resultado orçamentário foi superavitário (IRO), em seis estados e, em três estados deficitário, o indicador regional apresentou *superávit*. Já o resultado orçamentário corrente (IROC) foi superavitário na totalidade dos estados. Porém, o resultado orçamentário de capital (IROP) também indicou o financiamento das despesas de capital pelas receitas correntes nos estados de modo geral, assim como ocorreu na Região Norte. Ver-se também que nenhum Estado esteve representado por meio de uma de suas cidades no *ranking* das melhores cidades do mundo para se viver da *Mercer Quality of Life*.

As estatísticas descritivas dos indicadores socioeconômicos e orçamentários da Região Sudeste referente ao período de 2000 a 2010 são apresentadas na Tabela 4.

TABELA 4 – Estatísticas descritivas dos indicadores socioeconômicos e orçamentários da Região Sudeste (2000 – 2010)

Região Sudeste	IDH/Situação	PIB	IRO	IROC	IROP
Espírito Santo	0,7950/ Desenvolvimento médio	12,1608	1,04	1,35	0,20
Minas Gerais	0,7972/ Desenvolvimento médio	9,20656	0,98	1,12	0,43
Rio de Janeiro*	0,8289/ Desenvolvimento alto	14,4814	1,00	1,07	0,20
São Paulo*	0,831/3/ Desenvolvimento alto	16,4929	1,00	1,07	0,20
Desempenho da Região	0,8139/ Desenvolvimento alto	13,0854	1,00	1,54	0,34

*(a) per capita em mil R\$.**Nota: Os números foram mensurados pela média do período analisado.***Possuem cidades listadas no ranking da Mercer Quality of Life.*

A Região Sudeste apresentou um desenvolvimento alto quanto ao seu IDH, 0,8139, justificando sua grande representatividade na economia brasileira, principalmente pelas participações dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Os quatro PIB *per capita* dos estados da região foi em média na ordem de R\$ 13mil, sendo que o PIB do estado paulista foi maior que este (R\$ 16,4). Percebe-se ainda que 50% dos estados tiveram *superávit* orçamentário e 50% *déficit* orçamentário. Todos os estados apresentaram *superávit* orçamentário corrente, no entanto, seus resultados quanto ao indicador orçamentário de capital (IROP), foram *deficitários*. Frisa-se ainda, que a *Mercer Quality of Life* listou as capitais dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro em seu *ranking* das melhores cidades do mundo para se viver.

As Estatísticas descritivas dos indicadores socioeconômicos e orçamentários da Região Centro-Oeste referente ao período de 2000 a 2010 são apontadas na Tabela 5.

TABELA 5 - Estatísticas descritivas dos indicadores socioeconômicos e orçamentários da Região Centro-Oeste (2000 – 2010)

Região Centro-Oeste	IDH/Situação	PIB ^(a)	IRO	IROC	IROP
Distrito Federal*	0,8716/ Desenvolvimento alto	29,9879	1,01	1,17	0,18
Goiás	0,7957/ Desenvolvimento médio	8,3733	0,98	1,14	0,33
Mato Grosso	0,7920/ Desenvolvimento médio	5,1242	1,00	1,20	0,14
Mato Grosso do Sul	0,7992/ Desenvolvimento médio	9,2017	0,99	1,15	0,37
Desempenho da Região	0,8146/ Desenvolvimento alto	13,1718	0,99	1,17	0,25

(a) *per capita em mil R\$.*

Nota: Os números foram mensurados pela média do período analisado.

*Possuem cidades listadas no ranking da Mercer Quality of Life.

O Distrito Federal como observado, possui uma participação considerável no IDH da Região Centro-Oeste, o qual foi estimado alto, bem como no PIB per capita da região. O mesmo Estado apresentou superávit, enquanto, que o Mato Grosso apresentou equilíbrio orçamentário; os demais estados apresentaram déficits orçamentários. No que tange ao indicador de resultado orçamentário corrente (IROC) todos os estados tiveram resultados superavitários. Quanto ao indicador de resultado de capital (IROP), os mesmos foram deficitários em sua maioria. Indicando, assim que os estados utilizaram os recursos provenientes das receitas correntes arrecadas para o financiamento das despesas de capital.

As Estatísticas descritivas dos indicadores socioeconômicos e orçamentários da Região Sul referente ao período de 2000 a 2010 são indicados na Tabela 6.

TABELA 6 – Estatísticas descritivas dos indicadores socioeconômicos e orçamentários da Região Sul referente (2000 – 2010)

Região Sul	IDH/Situação	PIB	IRO	IROC	IROP
Paraná*	0,8151/ Desenvolvimento alto	11,534	1,01	1,16	0,41
Rio Grande do Sul	0,8267/ Desenvolvimento alto	12,632	0,97	1,12	0,33
Santa Catarina	0,8354/ Desenvolvimento alto	13,111	0,99	1,16	0,32
Desempenho da Região	0,8257/ Desenvolvimento alto	12,426	0,99	1,15	0,35

(a) *per capita em mil R\$.*

Nota: Os números foram mensurados pela média do período analisado.

*Possuem cidades listadas no ranking da Mercer Quality of Life.

Os três estados da Região Sul apresentaram IDH acima de 0,8000, o que significa um indicador de alto desenvolvimento socioeconômico. Percebe-se também que o PIB *per capita* médio destes estados, no período foi na ordem de R\$ 12,426 mil, não havendo dispersão entre eles. Com exceção do Estado do Paraná, os demais estados apresentaram *deficit* orçamentário (IRO), no entanto, todos foram *superavitários* quando analisado o indicador corrente (IROC) e *deficitário* no que tange ao índice orçamentário de capital (IROP). Dos três estados da região, apenas o Paraná está representado, por meio de sua capital, Curitiba, na lista das melhores cidades do mundo para se viver do *ranking Mercer Quality of Life*.

As Estatísticas descritivas dos indicadores socioeconômicos e orçamentários de todas as regiões brasileiras, referentes ao período de 2000 a 2010 (mensurado pela média) são elencados na Tabela 7.

TABELA 7 – Estatísticas descritivas dos indicadores socioeconômicos e orçamentários das regiões brasileiras (2000–2010 – mensurado pela média)

Regiões do Brasil	IDH	PIB**	IRO	IROC	IROP
Norte*	0,7460/ Desenvolvimento médio	6,9440	1,04	1,30	0,39
Nordeste	0,7120/ Desenvolvimento médio	4,8110	1,01	1,20	0,31
Sudeste*	0,8139/ Desenvolvimento alto	13,0854	1,00	1,54	0,34
Centro-Oeste*	0,8146/ Desenvolvimento alto	13,1718	0,99	1,17	0,25
Sul*	0,8258/ Desenvolvimento alto	12,4260	0,99	0,04	0,01
Desempenho Brasileiro	0,7825/ Desenvolvimento médio	10,0876	1,01	1,05	0,26

(a) *per capita em mil R\$.*

Nota: Os números foram mensurados pela média do período analisado.

*Possuem cidades listadas no ranking da Mercer Quality of Life

Apesar das três últimas regiões apresentarem IDH alto (Sudeste, Centro-Oeste e Sul), no entanto, o IDH brasileiro foi considerado como médio no período verificado, visto que as Regiões Norte e Nordeste possuem quantidades maiores de estados, e também em quase todos eles este indicador foi considerado médio. O mesmo percebe-se quanto ao PIB *per capita*. Em um contexto geral é mister ressaltar que o maior PIB *per capita* foi da Região Centro-Oeste, ao passo que o menor foi da Região Nordeste. O resultado orçamentário (IRO) no período foi *superavitário*, 10% acima do ideal. As regiões Centro-Oeste e Sul, por sua vez apresentarem *déficits* neste mesmo indicador. Por outro lado, o resultado orçamentário corrente (IROC) também foi *superavitário* em quatro regiões, este, porém com uma margem de 50% acima do equilíbrio. Contudo, a Região Sul foi única em apresentar *déficit* neste indicador. Quanto ao resultado orçamentário de capital (IROP), no geral, percebeu-se que todos os estados utilizaram receitas correntes para financiar as suas despesas de capital, algo considerado normal (Kohama, 2009).

Recorre destacar ainda que o comportamento *deficitário* nas finanças de algumas regiões não indica que elas não estejam gerindo bem os seus recursos. Ao contrário como visto anteriormente, tais regiões foram àquelas que também apresentaram os melhores desempenhos em seus IDH e PIB *per capita*, além de terem suas capitais no *ranking* das melhores cidades do mundo para se viver (*Ranking Mercer Quality of Life*); Assim, como àquelas que apresentaram um equilíbrio orçamentário de suas finanças no período analisado, por exemplo, Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal. Portanto, não só o equilíbrio financeiro pode significar eficiência na gestão. Deste modo, a partir destes achados, pode-se inferir que o *déficit* na metodologia adotada, também pode significar eficiência na aplicação dos recursos públicos.

Na Tabela 8 são demonstrados os resultados da correlação canônica. De modo estatisticamente significativo ao nível de significância de 5% ($p < 0.05$), percebe-se que os indicadores socioeconômicos, Índice de Desenvolvimento Humano, Produto Interno Bruto per capita e Qualidade Vida estão positivamente inter-relacionados com os indicadores orçamentários, Indicador do Resultado Orçamentário, Indicador do Resultado Orçamentário Corrente e Indicador do Resultado Orçamentário Patrimonial; confirmando assim, a hipótese do estudo.

De modo geral a Equação 1 (Tabela 8) sugerida, prevê que uma variação positiva no indicador orçamentário total implica em uma diminuição do IDH do Estado, porém, um aumento de seu PIB *per capita* e de sua qualidade de vida desse. Do mesmo modo uma variação negativa tanto no indicador orçamentário corrente quanto no indicador

orçamentário de capital provoca uma diminuição do IDH do Estado, contudo, o aumento de seu PIB per capita e de sua qualidade de vida.

TABELA 8 – Correlação canônica entre os indicadores socioeconômicos e orçamentários dos estados brasileiros: Equação 1:

$$Y_1 IDH_{i,t} + Y_2 PIB_{i,t} + Y_3 QLV_{i,t} = \alpha_0 + X_1 IROT_{i,t} + X_2 IROC_{i,t} + X_3 IROP_{i,t} + \varepsilon_{i,t}$$

Variáveis		Coefficientes
Socioeconômicas		α
Y ₁	IDH	- 0,303
Y ₂	PIB	0,668
Y ₃	QLV	0,795
Orçamentárias		
X ₁	IROT	1,156
X ₂	IROC	- 1,166
X ₃	IROP	- 0,899
<i>Auto Valor</i>	<i>Correlação Canônica</i>	<i>Lambda Wilks</i>
0,139	0,373	0,830
		<i>Qui-Quadrado</i>
		44,464
		<i>Graus de Liberdade</i>
		9,000
		<i>P-Value</i>
		0,000*

*Significante ao nível de 5%.

Onde: IDH = Índice de Desenvolvimento Humano do Estado *i* no ano *t*; PIB = Produto Interno Bruto per capita do Estado *i* no ano *t*; QLV = Qualidade Vida do Estado *i* no ano *t*; IRO = Indicador do Resultado Orçamentário Total do Estado *i* no ano *t*; IROC = Indicador do Resultado Orçamentário Corrente do Estado *i* no ano *t*; IROP = Indicador do Resultado Orçamentário Patrimonial do Estado *i* no ano *t*.

Outros fatores positivos que indicam esta inter-relação, diz respeito aos resultados do *Lambda Wilks* e do *Qui-Quadrado*. O primeiro, como observado na Tabela 9, ficou acima de 0,70, neste caso 0,83, considerado pela literatura como satisfatório. O segundo permite confirmar que a inter-relação estabelecida entre o grupo de variáveis: socioeconômicas e o grupo de variáveis orçamentárias tem um poder explicativo de 44,47%, ou seja, pode-se inferir de modo estatisticamente significativo que a inter-relação entre os indicadores socioeconômicos e indicadores orçamentários dos estados brasileiros no período de 2000 a 2010 é estabelecido em torno de 45% de explicação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Gerir os recursos públicos eficazmente é o asseio de qualquer gestão pública, sobretudo, quando essa busca o bem-estar de sua população em meio às dificuldades encontradas na execução de seus orçamentos. Nesta direção alguns questionamentos são clássicos na discussão das finanças públicas, por exemplo: auferir superávit significa melhor aplicação dos recursos públicos e, conseqüentemente melhor o bem-estar da população no que diz respeito renda, saúde, educação, etc.? Auferir déficit significa pior aplicação dos recursos públicos e, conseqüentemente pior é o bem-estar da população no que tange renda, saúde, educação, etc.?

Neste contexto, o propósito do artigo foi identificar qual o nível de inter-relação existente entre os indicadores de execução orçamentária e os indicadores socioeconômicos dos estados brasileiros. Os resultados obtidos a partir da correlação canônica indicam uma inter-relação medianamente positiva entre os indicadores socioeconômicos, representados pelo IDH, PIB *per capita* e a qualidade de vida com os indicadores de execução orçamentária, representados pelo resultado orçamentário geral, corrente e de capital. Este achado além de atender o objetivo proposto pela pesquisa também alcançou a resposta do problema central indagado inicialmente pelo trabalho: Qual o nível de inter-relação entre os indicadores orçamentários e socioeconômicos dos estados brasileiros? Como também sinalizando para a

confirmação da hipótese desenvolvida, à qual estabelece uma inter-relação significativa entre as variáveis observadas.

Assim, o estudo contribuiu para literatura sobre orçamento público, evidenciando que variações positivas no indicador da execução orçamentária total tende a minimizar o IDH dos Estados, mas essa variação positiva implica no aumento do PIB per capita e na qualidade de vida dos estados observados. Como também, variações negativas no indicador orçamentário de execução orçamentária corrente e de capital tende a reduzir o IDH dos entes estaduais, não obstante, tende a provocar o aumento do PIB per capita e da qualidade de vida dos Estados.

Similarmente os resultados, por exemplo, são opostos aos achados de Revorêdo e Silva (2005) que ao analisarem as decisões emanadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Pernambuco sobre as contas municipais, tinham correlação com os indicadores socioeconômicos dos municípios auditados. Os autores identificaram que não existe associação entre o desempenho das contas dos municípios com os seus indicadores socioeconômicos. Contudo, de modo similar coaduna com os achados de Fabrino (2011) que encontrou correlações positivas entre a execução dos gastos públicos e o desempenho educacional de entidades brasileiras; e também com o estudo de Bogoni *et al.* (2011). Que ao analisar o contexto dos municípios da região Sul do Brasil concluiu que os gastos dos governos sulista é fundamental na elevação do crescimento econômico da região.

Portanto, os achados deste artigo permitem concluir que auferir ou não superávit é algo relativo na atual dinâmica dos orçamentos públicos estaduais, pois, percebeu-se que de fato o equilíbrio orçamentário é um indicador de eficiência da gestão pública, como afirmado por Duarte (2007). Porém, verificou-se que apresentar déficit não significa ter ineficiência na execução orçamentária, ou seja, aqueles estados, cujos resultados orçamentários demonstraram equilíbrio e déficit, foram aqueles que melhor se destacaram quanto aos seus IDH e PIB *per capita*; como também conseguiram destacar suas capitais em uma das melhores cidades para se viver segundo o *ranking* da *Mercer Quality of Life*.

Não obstante, o estudo como outro qualquer desta natureza, carrega suas limitações, a saber: variáveis levantadas, período analisado, amostra observada; logo, generalizações quanto a essas variáveis, período e amostra, não são possíveis, quando analisados diferentemente deste contexto. Por fim, a título de sugestão é recomendado, a inserção de novas variáveis tanto orçamentárias quanto socioeconômicas, a fim de analisar novas relações entre essas, como também estender esta ideia a entidades menores (municípios).

REFERÊNCIAS

- Andrade, N. A. (2002). *Contabilidade pública municipal*. São Paulo, Atlas.
- Angélico, J. (1995). *Contabilidade pública* (8a ed.). São Paulo: Atlas.
- Assis, L. G. B. (2009). *Processo legislativo e orçamentário público: a função de controle do parlamento* (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Barcelos, C. L. K. (2007). *Determinantes da despesa pública local: um estudo empírico dos municípios brasileiros à luz do teorema do eleitor mediano* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.
- Block, W. (1983). Public goods and externalities: the case of roads. *The Journal of Libertarian Studies*, 2(1), 1-34.
- Boadway, R., Song, Z., & Tremblay, J-F. (2007). Commitment and matching contributions to public goods. *Journal of Public Economics*, 1(91), 1.664-1.683.

- Bogoni, N. M., Hein, N., & Beuren, I. M. (2011). Análise da relação entre crescimento econômico e gastos público nas maiores cidades da região Sul do Brasil. *Revista de Administração Pública*, 45(1), 159-179.
- Browning, E. K., & Zupan, M. A. (2004). *Microeconomia: teoria & aplicações*. São Paulo: LCT.
- Carande-kulis, V. G., Getzen, T. E., & Thacker, S. B. (2007). Public goods and externalities: a research agenda for public health economics. *Journal Public Health Management Practice*, 12(2), 227 – 232.
- Costa, G. G. O. (2008). Análise de correlação canônica entre conjuntos de princípios da qualidade total. *Revista Cadernos de Administração*, 1(2), 1-12.
- Duarte, C. M. (2007). *Sistema de custo para a administração pública: ferramenta no processo de tomada de decisão – uma proposta para a SEPLAG/MG* (Dissertação de Mestrado). Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte, MG, Brasil.
- Eaton, B. C., & Eaton, D. (1999). *Microeconomia*. São Paulo: Saraiva.
- Fávero, P. L., Belfiore, P., Silva, F. L., & Chan, B. L. (2009). *Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Giacomoni, J. (2003). *Orçamento público* (12a ed). São Paulo: Atlas.
- Giambiagi, F., & Além, A. C. (1999). *Finanças públicas teoria e prática no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus.
- Hall, R. E., & Lieberman, M. (2003). *Macroeconomia: princípios e aplicações*. São Paulo: Thomson.
- Johnson, R. A.; Wichern, D. W. *Applied multivariate statistical analysis* (2a ed.). New Jersey: Prentice-Hall.
- Kohama, H. *Balancos públicos: teoria e prática* (2a. ed.) São Paulo: Atlas.
- Lei n. 101, de 04 de maio de 2000*. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm (acesso 10 dezembro 2012).
- Lima Júnior, R. *Análise das demonstrações contábeis dos municípios do Estado de Santa Catarina: uma aplicação da técnica estatística análise das componentes principais* (Dissertação de Mestrado). Universidade Regional de Blumenau. Blumenau, SC, Brasil.
- Lima, D. V.; Castro, R. G. (2000). *Contabilidade pública: integrando União, Estados e Municípios (Siafi e Siafem)*. São Paulo: Atlas.
- Macêdo, F. R. R., & Lavarda, C. E. (2013). Característica da produção científica sobre orçamento público, orçamento participativo e controladoria pública na primeira década do século XXI. *Administração Pública e Gestão Social*, 5(1), 34-42.
- Mankiw, N. G. (2004). *Princípios de microeconomia* (3ª ed.). São Paulo: Thompson.
- Marques, A. S. P. (2008). *Controle social e judicial do orçamento público: uma abordagem sob a perspectiva da cidadania participativa*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil.
- Mendes, M. (2008). Eficiência do gasto público: o governo focado na solução das “falhas de mercado”. *Ciclo de Palestras para Gestores Públicos da Escola de Governo do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente*, Natal, RN, Brasil, 1.

- Metzner, M. (2005). Orçamento público como ferramenta gerencial: o caso da UDESC (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Santa Catarina. Florianópolis, SC, Brasil.
- Nascimento, E. R. (2006). *Gestão pública*. São Paulo: Saraiva.
- Oliveira, F. H., Peter, M. G. A., & Meneses, A. F. Lei de Responsabilidade Fiscal: implicações nos indicadores sociais municipais. *Congresso USP de Controladoria e Contabilidade*, São Paulo, São Paulo, SP, Brasil, 10.
- Ortolani, F., Campello, C., & Matias, A. B. (2004). A relação (in) existente entre responsabilidade fiscal e responsabilidade social nos municípios paulistas. Encontro da ANPAD, Curitiba, PR, Brasil, 18.
- Paiva, G. B. (2008). Mecanismo de desenvolvimento limpo, tratamento de esgoto e desenvolvimento sustentável: um estudo econômico (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil.
- Pereira, L. C. B. (2005). Instituições, bom estado, e reforma da gestão pública. *Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado*, 1(1), 1-17.
- Pindyck, R. S.; Rubinfeld, L. D. L. (2002). *Microeconomia*. (5ª ed.). São Paulo: Prentice Hall.
- Revorêdo, W. C., & Silva, C. A. T. (2005). Decisões do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco para com as contas Municipais: uma análise focada no reflexo de indicadores socioeconômicos. Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, São Paulo, SP, Brasil, 2.
- Sano, H. (2003). *Nova gestão pública e accountability: o caso das organizações sociais paulistas* (Dissertação de Mestrado). Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, SP, Brasil.
- Scarpin, J. E. (2006). Estudo dos fatores condicionantes do índice de desenvolvimento humano nos municípios do Estado do Paraná: instrumento de controladoria para a tomada de decisões na gestão governamental (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, Brasil.
- Slomski, V. (2005). *Controladoria e governança na gestão pública*. São Paulo: Atlas.